

OUTUBRO 2025

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Rui Santos Ivo

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO
DO INFARMED



apifarma

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

Índice

EDITORIAL	03
ENTREVISTA	04
DESTAQUE	08
NOTÍCIAS	10
PROGRAMA abem:	17
PHARMA EM NÚMEROS	18

Indústria Farmacêutica, um motor de exportação e inovação

Entre 2019 e 2024, as exportações portuguesas da Indústria Farmacêutica praticamente triplicaram, crescendo de 1,2 mil milhões para 3,5 mil milhões de euros. Já em 2025, o seu crescimento foi de 25% nos primeiros oito meses face ao mesmo período de 2024, somando 3,3 mil milhões de euros, quase igualando o total de 2024. Sem este desempenho da Indústria Farmacêutica, as exportações globais portuguesas teriam recuado, já que o aumento total foi de apenas 236 milhões de euros quando comparado com 654 milhões de euros de crescimento dos produtos farmacêuticos e matérias-primas. Acrescentando ainda que, neste período, Portugal foi exportador líquido de produtos farmacêuticos, com um saldo positivo da balança comercial de 277 milhões de euros.

Na base destes resultados notáveis está o investimento da Indústria Farmacêutica em Portugal na produção, na criação de emprego, nas exportações e na inovação e desenvolvimento. Um progresso que reflecte um sector empreendedor, qualificado e orientado para o futuro, capaz de competir globalmente pela excelência em investigação, recursos humanos e infra-estruturas modernas.

Estamos num momento crucial em que é necessário sustentar e impulsionar este crescimento. É crucial não desacelerar o investimento em inovação e desenvolvimento, no fortalecimento da ligação entre a indústria e a ciência, na atracção de investimento e no fomentar de parcerias globais.

Para Portugal, a capacidade de produzir medicamentos essenciais não é só uma questão económica, mas de segurança nacional e saúde pública. A experiência da pandemia de COVID-19 provou-nos que só a produção interna nos garante resiliência em tempos de crise. A Indústria Farmacêutica e a investigação clínica e biomédica são, igualmente, uma área geradora de empregos qualificados, com uma alta produtividade e grande contributo para a resiliência da economia.

Precisamos de continuar a impulsionar a inovação e o desenvolvimento, a fazer crescer este ecossistema, e não o podemos fazer com respostas casuísticas ou baseadas na resolução de problemas conjunturais. A Indústria Farmacêutica é hoje um exemplo de como a inovação e o investimento podem transformar desafios em oportunidades globais. É necessário que as políticas públicas acompanhem este esforço, alavancando-o. O país não aceitaria que comprometêssemos os avanços estruturais já alcançados.



João Almeida Lopes

Presidente da APIFARMA



“Portugal tem condições para ser um polo competitivo no espaço europeu”

à conversa com...

Rui Santos Ivo

Na sequência da participação das empresas da PharmaPortugal na CPHI Worldwide 2025, em Frankfurt, o Presidente do Conselho Directivo do Infarmed, Rui Santos Ivo, destaca a “capacidade e qualidade da produção nacional”, bem como o seu sucesso na internacionalização. Sublinha que “Portugal tem condições para ser um polo competitivo no espaço europeu nas diversas áreas” e assinala o crescimento do número de ensaios clínicos realizados no país, área em que o Infarmed tem “procurado apostar”.

A ESMAGADORA MAIORIA DA PRODUÇÃO FARMACÊUTICA EM PORTUGAL TEM COMO DESTINO A EXPORTAÇÃO. É UMA PROVA DO SUCESSO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS FARMACÊUTICAS DE BASE PRODUTIVA NACIONAL?

Sem dúvida. Não só é prova de sucesso da capacidade de internacionalização das empresas, como é também resultado da capacidade e qualidade da produção nacional.

As empresas farmacêuticas de fabrico de base nacional, e cumprindo com a sua responsabilidade de abastecimento do território nacional, colocam a maior parte da sua produção na União Europeia, nos Estados Unidos da América, em Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), entre outros destinos. Nalguns casos, comercializam cerca de 60 a 70% da sua produção para o estrangeiro. O que permitiu ao país ter um volume de exportação de produtos farmacêuticos na ordem dos 4 mil milhões de euros em 2024, naquilo que já é um crescimento sustentado. É o resultado de uma estratégia de internacionalização de décadas e que está a

ganhar uma nova dinâmica nos últimos anos e que pode aproveitar as iniciativas estratégicas em curso na União Europeia.

HÁ POTENCIAL PARA CONTINUAR A CRESCER?

O potencial existe e é enorme, resultando tanto da capacidade e maturidade que as empresas atingiram, como das estratégias que estão a desenvolver e, muito importante, da capacidade de aproveitarem bem o quadro de incentivos na União Europeia e o próprio acordo celebrado este ano entre o Governo e a Indústria Farmacêutica.

Nos últimos anos, e por diversos factores, como a pandemia e mudanças geopolíticas, surgiu a necessidade de promover uma maior estabilidade e resiliência das cadeias de produção e abastecimento.

Isto apenas pode ocorrer com uma reversão da deslocalização da capacidade industrial para os países da Ásia, e em particular a China e a Índia, fenómeno que ocorreu ao longo dos últimos trinta anos. Há uma clara aposta da União Europeia – e de outros países e regiões – em investir na capacidade industrial nacional e regional como forma de assegurar a autonomia estratégica e a soberania. Por outro lado, assistimos ao início de uma mudança no comércio mundial, com o estabelecimento de novos acordos e alianças estratégicas pela União, mencionando a título de exemplo o Mercosul e a aliança UE-México. Todos estes movimentos das rodas dentadas globais criam as condições para uma nova dinâmica que a indústria farmacêutica de base nacional pode abraçar. Na CPHI Worldwide 2025, um dos aspectos mais relevantes e gratificantes, foi perceber que todas as empresas têm estratégias expansionistas em curso. Estão a estabelecer parcerias e a realizar operações de aquisição de empresas farmacêuticas de outros países que contribuem para este caminho de internacionalização.

A EUROPA E OS EUA SÃO OS PRINCIPAIS DESTINOS EXPORTADORES DA PRODUÇÃO FARMACÊUTICA REALIZADA EM PORTUGAL É UMA PROVA DA SUA QUALIDADE E IMPORTÂNCIA?

É, evidentemente, a tradução da sua qualidade técnica, operacional e tecnológica, bem como o reflexo de um sistema regulatório de elevado nível. E também é reflexo da capacidade de as empresas nacionais investirem com racionalidade e estratégia em áreas diferenciadas, seja terapêutica ou tecnológica. E, creio, de também gerarem partilha de

“Todas as empresas têm estratégias expansionistas em curso”

conhecimento e informação dentro do sector e estabelecerem parcerias estratégicas a nível nacional. O PharmaPortugal, que assinala este ano mais de 20 anos, é uma parceria e iniciativa muito relevante para a internacionalização, pois permite que as empresas farmacêuticas portuguesas de base produtiva nacional veiculem colectivamente a sua imagem para o estrangeiro.

Existem também outros factores que são determinantes para o sucesso da Indústria Farmacêutica de base nacional. A capacidade de atrair, reter e desenvolver quadros técnicos de excelência. A proximidade histórica com a academia, e em particular com as faculdades de farmácia. Um foco muito grande na investigação e inovação na área da tecnologia farmacêutica e do desenvolvimento farmacotécnico, que é também um produto dos dois factores anteriores.

AS EMPRESAS NACIONAIS PODEM CONTRIBUIR PARA MITIGAR A DEPENDÊNCIA EXTERNA NACIONAL E EUROPEIA DE INGREDIENTES ACTIVOS FARMACÊUTICOS?

É o caminho que temos de seguir. Como já referi, é a principal forma de assegurar a resiliência das cadeias de produção e distribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos e, com isto, assegurar a disponibilidade e acesso em território nacional. No Infarmed temos recebido informação sobre projectos de investimento de ampliação de unidades de produção, nalguns casos de valor bastante considerável, e que estarão a iniciar actividade em 2026 e 2027. Pelo que há sinais muito positivos. Por outro lado, importa que haja a capacidade de aproveitar esta “maré alta” europeia, com iniciativas estruturais

que têm como foco a reindustrialização e a garantia da autonomia estratégica na produção de medicamentos e resiliência das cadeias de fabrico e distribuição, como é o caso do Critical Medicines Act e o Biotech Act, sem esquecer a reforma da legislação farmacêutica, a par de medidas nacionais.

QUE PAPEL PODE O INFARMED DESEMPENHAR PARA POTENCIALIZAR ESTA INTERNACIONALIZAÇÃO?

Estamos empenhados em assegurar uma regulação que, entre outros, é proporcional e previsível. Sabemos que são fundamentais para as operações das empresas e que geram confiança para o investimento.

Considerando os projectos industriais em curso, sabemos que a área de inspecção e certificação de boas práticas de fabrico é de grande importância. Na avaliação e autorização de medicamentos, com a participação sustentada como Estado-membro de referência para procedimentos descentralizados e de reconhecimento mútuo, o Infarmed sendo o 4.º

Estado-membro que mais procedimentos avalia em nome da rede europeia é um factor de sucesso para o alargamento do portfolio industrial das empresas. Também, neste momento, em procedimentos nacionais, a média de avaliação é de 150 dias, que representa uma redução de cerca de 18.5% face a 2024 (184 dias). Mas estamos confiantes de que podemos fazer mais e melhor.

Igualmente na área da investigação clínica, onde temos também assistido a um crescimento do número de ensaios aprovados: 198 no ano de 2024, e 93 no primeiro semestre deste ano. Permitam-me que sublinhe que o tempo médio de aprovação de ensaios clínicos mononacionais ronda, neste momento, cerca de 30 dias. À medida que as empresas diversificam os seus portfolios, nalguns casos arriscando na investigação e desenvolvimento e produção de medicamentos e tecnologias mais inovadoras, vão inerentemente realizar mais ensaios clínicos. No Infarmed temos procurado apostar nesta área, por exemplo através das alterações à estrutura interna com a criação de uma Unidade de Investigação Clínica que está na dependência directa do Conselho Directivo, que assume responsabilidades de autorização e/ou acompanhamento da realização de ensaios clínicos de medicamentos, investigação clínica e estudos de desempenho com dispositivos médicos e dispositivos médicos de diagnóstico *in vitro*.

Acredito que Portugal tem condições para ser um polo

competitivo no espaço europeu nas diversas áreas. No âmbito do reforço dos seus quadros e da reforma da sua organização, o INFARMED irá prosseguir uma resposta de proximidade às empresas produtoras instaladas no nosso País.

QUE IMPACTO PODE TER A REVISÃO DO SINATS PARA AS EMPRESAS FARMACÊUTICAS DE BASE NACIONAL?

Partimos para a revisão do Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SiNATS) com dez anos de experiência acumulada em relação ao quadro legal, regulamentar e operacional que foi constituído em 2015. Mas mais de vinte e cinco anos de experiência, se considerarmos que a avaliação de tecnologias de saúde é efectuada em Portugal, para os medicamentos, desde 1999, no âmbito dos processos



de comparticipação. Entretanto, as metodologias e práticas de avaliação e financiamento de tecnologias de saúde evoluíram por todo o mundo. Desenvolvimentos que o Infarmed procurou acompanhar activamente, seja através da sua participação na iniciativa *European Network for Health Technology Assessment* (EUnetHTA), seja nas actividades de preparação e implementação do Regulamento Europeu de Avaliação de Tecnologias de Saúde e da sua participação activa a nível europeu. Esta revisão é uma oportunidade incontornável para introduzir mecanismos que permitam uma maior simplificação, agilização e proporcionalidade na avaliação, promovendo maior eficiência e celeridade nos processos, sem comprometer os padrões de rigor técnico e científico, e os objectivos de acessibilidade e sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde. Estas matérias são muito relevantes para os medicamentos e outras tecnologias inovadoras, mas são-no particularmente na área dos medicamentos genéricos e biossimilares. Precisamos também apostar na plena utilização de ferramentas digitais e tecnológicas, com vista a automatização de actividades, mas também reforçar a nossa capacidade de monitorização da efectividade e custos com dados de vida real.

Permitam-me que sublinhe que o SiNATS prevê e considera reforçar a importância do valor nacional da tecnologia.

Em suma, a revisão do SiNATS, não sendo o principal instrumento, pode ser uma peça importante neste puzzle que colectivamente temos de construir.

ENQUANTO ENTIDADE PARCEIRA DO PHARMAPORTUGAL QUE BALANÇO FAZ DESTA INICIATIVA?

Os resultados futuros dirão. Espero que tenha sido uma oportunidade para as empresas farmacêuticas nacionais ou de base produtiva nacional encontrarem novos parceiros e clientes e continuarem este caminho de crescimento e consolidação. Em 2024, as exportações de medicamentos e produtos farmacêuticos foi de 3,5 mil milhões de euros, um recorde. De Janeiro a Agosto de 2025, foi alcançada a marca de 3,3 mil milhões, o que indicia mais um crescimento recorde. Considerando que vivemos um período de grande incerteza, este crescimento é assinalável.

Na perspectiva do regulador, é uma óptima oportunidade para auscultar o sector regulado, pelo que o balanço é bastante positivo.

“O SiNATS prevê e considera reforçar a importância do valor nacional da tecnologia”



Empresas portuguesas reforçam presença internacional na CPHI Worldwide 2025, em Frankfurt

Empresas da PharmaPortugal promoveram a capacidade tecnológica e exportadora da Indústria Farmacêutica de base nacional.

A CPHI Worldwide 2025, o maior fórum global da indústria farmacêutica, decorreu em Frankfurt entre os dias 28 e 30 de Outubro, reunindo milhares de profissionais e empresas de todo o mundo.

Portugal marcou presença com as empresas Basi, Bluepharma, Edol, Iberfar, Laboratório Azevedos, Medinfar, Sidefarma e Tecnimede, que representaram o país sob a marca PharmaPortugal, promovida pela AICEP. A participação nacional destacou a capacidade produtiva, tecnológica e exportadora da indústria farmacêutica portuguesa, num evento que privilegia o contacto directo com potenciais clientes e parceiros internacionais.

Durante o certame, uma comitiva institucional liderada por Rui Santos Ivo, presidente do Infarmed, visitou os expositores portugueses. A delegação contou ainda com a presença de Madalena Fischer, embaixadora de Portugal na Alemanha, e Philomène Dias, administradora executiva da AICEP.

Durante o encontro, as representantes da Indústria Farmacêutica partilharam com a comitiva os desafios presentes e futuros do sector, sublinhando a importância da inovação, da internacionalização e das exportações para o crescimento sustentável da indústria nacional.

Importa referir que, desde 2019 até ao final de 2024, as exportações de produtos farmacêuticos passaram de cerca 1,1 mil milhões de euros para

quase 3,4 mil milhões de euros. De Janeiro a Agosto de 2025, as exportações destes produtos aumentaram quase 26% face ao período homólogo.

A presença portuguesa em mais uma edição da CPHI Worldwide reafirma o dinamismo e a competitividade do sector, num palco privilegiado para a promoção da excelência nacional além-fronteiras.







Estudo APIFARMA reforça valor dos testes DIV na luta contra o cancro

O estudo foi apresentado numa conferência onde participaram várias entidades envolvidas na luta contra o cancro.

Um estudo da APIFARMA que vem demonstrar o elevado retorno social do investimento nos testes de diagnóstico *in vitro* na doença oncológica foi apresentado a 23 de Outubro na conferência “Quando o tempo é essencial | Valor dos Testes de Diagnóstico *in Vitro* nas Doenças Oncológicas”, que se realizou no Centro Cultural de Belém.

O estudo, apresentado por Paulo Dias, consultor da APIFARMA, demonstra um retorno, por euro investido, de 11,3 € no cancro da mama, 10,4 € no cancro da próstata, 5,4 € no cancro do pulmão e 5,7 € no cancro colorretal. Valores que vêm evidenciar o potencial dos testes de Diagnóstico *In Vitro* (DIV) na luta contra o cancro, um dos maiores desafios de saúde pública do nosso tempo. Orientados para todas as etapas do processo oncológico, desde a predição e prevenção, até à detecção precoce, diagnóstico, tratamento personalizado, prognóstico e monitorização a longo prazo, a importância dos DIV será cada vez mais relevante tendo em conta a tendência crescente da doença oncológica na população, nomeadamente causada pelo envelhecimento populacional.

No encerramento da conferência, Erica Viegas, vogal do Conselho Directivo do INFARMED, em representação da secretária de Estado da Saúde, abordou precisamente a importância desta ferramenta. “Sabemos profundamente o que significa falar do valor do diagnóstico e do tempo”,

afirmou, “e o tempo, em oncologia, é vida”, acrescentando que falar em DIV “é falar de precisão, inovação e sobretudo de pessoas”.

Adiantou ainda que, a nível europeu, estão “em curso esforços para criar mecanismos para apoiar a *breakthrough innovation* e para apoiar o desenvolvimento e acesso aos dispositivos órfãos” e que em breve serão aprovados vários diplomas que “constituirão mais um passo decisivo para consolidar a confiança dos promotores e dos investigadores” para colocar o país “na linha da frente da inovação regulatória em saúde”.

No arranque da conferência, o presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, abordou o valor dos testes de diagnóstico na doença oncológica. Avisou, no entanto, que a percentagem do orçamento do Estado para a Saúde alocada a esta rubrica está a diminuir, nomeadamente só se prevendo “mais 1,5% para as tecnologias da saúde, valor inferior à inflação”. Situação agravada pelo acumular da dívida aos fornecedores, que “está ao nível de 2013”.

Pedro Pereira, coordenador do grupo de trabalho DIV da APIFARMA, recordou que “Portugal é hoje o quarto país mais envelhecido do mundo e o segundo na Europa”, sendo o envelhecimento um dos factores que mais contribui para a incidência do cancro. “Se nada for feito”, avisou, “nos próximos 15 anos poderemos enfrentar um aumento de 20%

nos novos casos e 32% na mortalidade”. É, pois, “preciso agir”.

Isabel Fernandes, do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas da Direcção-Geral da Saúde, reforçou a importância da predição na doença oncológica. Como não é possível actuar em todas as frentes, considerou essencial “garantir o melhor diagnóstico para um tratamento personalizado”. Na área do combate ao cancro “somos dos melhores países no que diz respeito às metas europeias, mas não estamos tão bem no rastreio”, afirmou, anunciando que em breve “vai ser implementado um teste piloto para o rastreio do cancro do pulmão”.

António Araújo, director do Serviço de Oncologia Médica da Unidade Local de Saúde de Santo António, lamentou, nomeadamente, não estar centralizada a aquisição destes testes de diagnóstico e que existe “um caminho a percorrer”, nomeadamente para que sejam “executados com qualidade, para que o resultado seja fiável”.

Tal como António Araújo, Bruno Garganta, do Grupo de Trabalho DIV da APIFARMA, apontou que um “rastreio bem feito, mais universal, mais eficaz na

detecção mais precoce das doenças resulta em, nomeadamente, maior sucesso terapêutico, menos custos sociais e numa melhor qualidade de vida para o doente”. Marta Pojo, directora-geral da Liga Portuguesa Contra o Cancro, acrescentou a necessidade de aumentar a literacia dos profissionais de saúde, área em que é preciso “apostar”.

Já Carla Bartosch, presidente da Sociedade Portuguesa de Anatomia Patológica, abordou a componente digital e as enormes vantagens que proporcionaria nesta área. “Uma vez instalada a capacidade, a nível nacional”, um hospital que não tenha acesso a um determinado teste rapidamente envia o material a outro que o tenha, “não precisa de ir o material pelo correio”, o que causa demoras desnecessárias. “É para aí que eu vejo a revolução”, afirmou.

Para conhecer o livro “Quando o tempo é essencial | Valor dos Testes de Diagnóstico *In Vitro* nas Doenças Oncológicas”, clique [aqui](#).

Veja o registo fotográfico do evento [aqui](#) e o vídeo dos melhores momentos [aqui](#).





CEO da MedTech Europe defende maior investimento nos diagnósticos *in vitro* na luta contra o cancro

Oliver Bisazza descreve os testes DIV como “a bússola que nos guia em todas as fases do tratamento do cancro”.

Na Conferência “Quando o tempo é essencial | O valor dos testes de diagnóstico *in vitro*”, O CEO da MedTech Europe, Oliver Bisazza, sublinhou que “o valor dos testes de diagnóstico *in vitro* é mais crítico do que nunca na luta contra o cancro”.

Numa intervenção vídeo à conferência promovida pela APIFARMA, Bisazza recordou que “todos os anos, na Europa, cerca de 3,7 milhões de pessoas são diagnosticadas com cancro e quase 2 milhões de vidas são perdidas”. Se nada foi feito, “a mortalidade poderá aumentar mais de 24% até 2035”, alertou.

O CEO da MedTech destacou que os testes de diagnóstico *in vitro* (DIV) são fundamentais para mudar esta realidade, descrevendo-os como “a bússola que nos guia em todas as fases do tratamento do cancro”. Apesar da sua importância, lamentou que os DIV “influenciem até dois terços de todas as decisões clínicas, mas representem menos de 2% dos gastos com cuidados de saúde”. Valor que em Portugal é de “apenas 1,5%”, destacou, uma discrepância que “mostra que não estamos a investir onde é mais importante”.

Bisazza alertou, ainda, para a desigualdade no acesso na Europa, com “disparidades significativas entre países e até mesmo dentro deles”. Em particular, apontou, em “muitas regiões do Sul e do Leste, o investimento fica para trás”. Ainda assim, vê sinais positivos, pois “o impulso político está a crescer, mas temos de ir mais longe”, afirmou.

Considerou essencial a existência de “planos nacionais contra o cancro que coloquem o diagnóstico no centro”, expandindo os rastreios, garantir o seu financiamento estável e apostar na formação de médicos para “utilizar e interpretar informações de diagnóstico com confiança e precisão”.

“Se formos bem-sucedidos”, concluiu, “os benefícios serão imensos”. Se o cancro é um desafio que afecta todas as famílias e todas as comunidades, a “ciência dá-nos ferramentas poderosas” com os DIV “entre as mais poderosas de todas”.

APIFARMA destaca parceria estratégica com a Associação Dignidade

Director-geral da APIFARMA sublinhou impacto positivo do programa abem:

A Conferência “10 Anos da Associação Dignidade”, que teve lugar no dia 4 de Novembro, celebrou uma década de história e impacto desta instituição e do programa abem:. Miguel Ginestal, director-geral da APIFARMA, marcou presença na sessão de encerramento do evento.

Na sua intervenção, Miguel Ginestal destacou a colaboração entre a APIFARMA e a Associação Dignidade como uma parceria estratégica e um investimento na “saúde da população portuguesa e na sustentabilidade do sistema de saúde”.

Sobre o programa abem:, o director-geral da APIFARMA assinalou o seu impacto “visível e mensurável” nas comunidades, descrevendo-o como “especialmente recompensador”. Reafirmou ainda o compromisso de aprofundar a missão do programa para assegurar que nenhum português “é forçado a abdicar de tratamentos essenciais por razões económicas”.





APIFARMA participou na Rangel Logistics Summit

Área da saúde cria valor para as pessoas, sociedade e economia, destacou João Almeida Lopes.

O presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, participou, dia 4 de Outubro, na Rangel Logistics Summit, conferência que assinalou os 45 anos da empresa de logística.

Durante o evento, Almeida Lopes integrou o painel “Saúde mais resiliente: o futuro da logística, inovação e sustentabilidade”, onde contribuiu para a discussão sobre os desafios e oportunidades do sector. O presidente da APIFARMA destacou que a saúde cria valor para as pessoas, para a sociedade e para a economia.

A Indústria Farmacêutica esteve ainda representada por André Vasconcelos, director-geral da Roche Portugal, e membro da Direcção da APIFARMA e por Ana Ferreira, General Manager STADA Portugal, no painel “Saúde mais resiliente: o futuro da logística, inovação e sustentabilidade”, e António Portela, CEO da Bial, no painel “Portugal 2030: construir um futuro de crescimento e inovação”.



APIFARMA assina “Declaração pela Saúde” por um sistema de saúde sustentável, inclusivo e justo

O compromisso foi assinado por 50 entidades ligadas ao sector da Saúde.

A APIFARMA, representada pelo seu presidente João Almeida Lopes, integrou o grupo de 50 entidades ligadas ao sector da saúde, que dia 15 de Outubro, assinou a “Declaração pela Saúde”, num evento realizado na Academia das Ciências de Lisboa. A assinatura do documento foi promovida pela Associação Nacional das Farmácias, tendo encerrado as comemorações dos seus 50 anos.

A “Declaração pela Saúde” surge num contexto de desafios crescentes, como o envelhecimento populacional, o aumento de doenças crónicas e a necessidade de garantir equidade no acesso aos cuidados de saúde. Para lhes dar resposta, é definido um compromisso conjunto para garantir a saúde

como um direito universal e acessível, promovendo a longevidade saudável, a qualidade de vida e a humanização dos cuidados.

Entre outros pontos definidos neste compromisso, destaca-se o consenso alargado na construção de um sistema de saúde mais sustentável, inclusivo e justo, colocando a saúde no centro do desenvolvimento social e económico do país.

Entre as restantes entidades signatárias estão entidades nacionais e internacionais, como ordens profissionais, universidades e outras instituições ligadas à investigação, associações de doentes e demais organizações de saúde.

As necessidades das pessoas no centro da regulação

João Almeida Lopes lembrou que o medicamento é dos bens mais regulados.

A importância da regulação para a disponibilidade de medicamentos à população foi destacada pelo presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, no “III Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica | Mais Distribuição, Mais Saúde”, promovido pela ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos e que se realizou no dia 8 de Outubro.

“O medicamento é dos bens mais regulados” defendeu Almeida Lopes, mas “a regulamentação tem de ser adaptada à evolução da sociedade e não pode ser um travão: tem de ser equilibrada e que acelerar a inovação”.

Reforçou que “as pessoas têm de estar no centro do sistema”, para lembrar que a população portuguesa aumentou e está envelhecida, com maiores necessidades em termos de medicamentos, a que se junta a pressão nos preços. Nesse sentido, recordou o tema da escassez de medicamentos, “que antes da pandemia não se colocava com o peso de hoje”.

A Europa importa a maior parte dos componentes dos medicamentos, e mesmo medicamentos

completos, de outras geografias, afirmou, pelo que agora estão evidentes “os problemas associados à estratégia do mais barato”.

É, por isso “importante que o poder político e as entidades reguladoras, quer europeus quer nacionais, se debrucem sobre esta matéria e colaborarem” no sentido de mitigar as dificuldades. “Já percebemos todos que é preciso reindustrializar a Europa – Ursula von der Leyen já o disse várias vezes –, mas, na prática, isso não tem acontecido”.

Se não forem dados passos significativos nesse sentido, “se não houver investimento e maior capacidade industrial”, alertou João Almeida Lopes, “temo bem que continuemos a conviver com estes problemas de abastecimento”, o que se repercute na saúde das pessoas e em mais sofrimento.

“Gostaria que o peso da saúde da Economia continuasse a crescer, já é muito grande, e que a Europa, incluindo Portugal, se reindustrializasse na área da saúde e das suas cadeias de valor”, concluiu.



abem:

Programa abem: dispensa 35.868 embalagens num mês

Rede Solidária
do Medicamento

Aumentaram também as farmácias e entidades referenciadoras

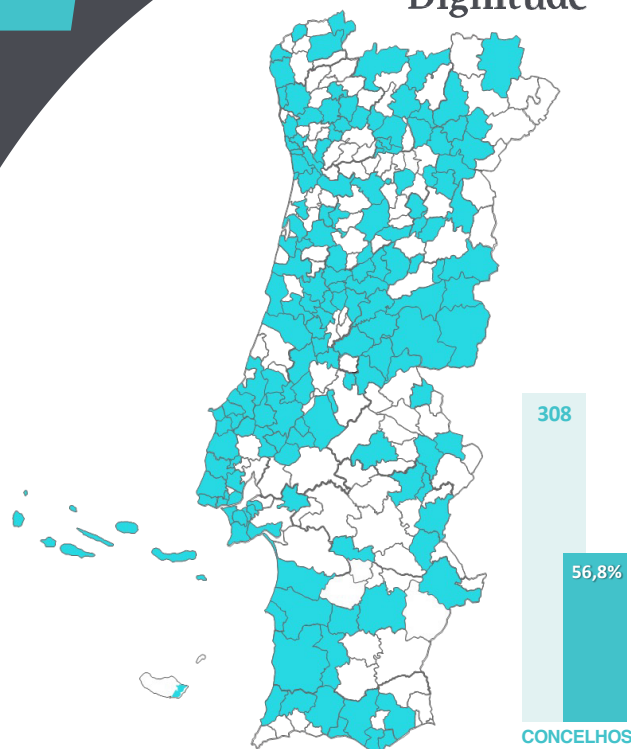
Em relação ao período anterior, através do programa solidário abem: foram dispensadas gratuitamente 35.868 embalagens a pessoas e famílias em situação de grande vulnerabilidade económica.

Entre Agosto e Setembro de 2025 há ainda a registar a entrada de mais uma entidade referenciadora e mais sete farmácias. Neste período, o programa da Associação Dignidade alcançou mais 431 beneficiários individuais e 247 famílias.

PROGRAMA ABEM:



maio de 2016 a setembro de 2025

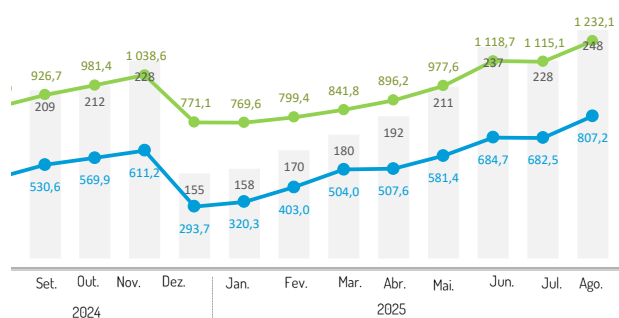
Dignidade⁺

PHARMA em Números



INVESTIMENTO PÚBLICO COM MEDICAMENTOS - YTD OUTUBRO 2025

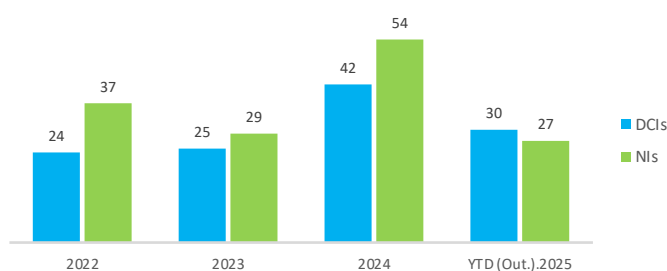
Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



● Dívida Total (M€) ● Dívida Vencida (M€) ■ PMR (dias)

IFARMA

Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES



Fonte: APIFARMA e INFARMED
DCIs – novas moléculas (excepto gases medicinais)
NI – novas indicações de medicamentos inovadores

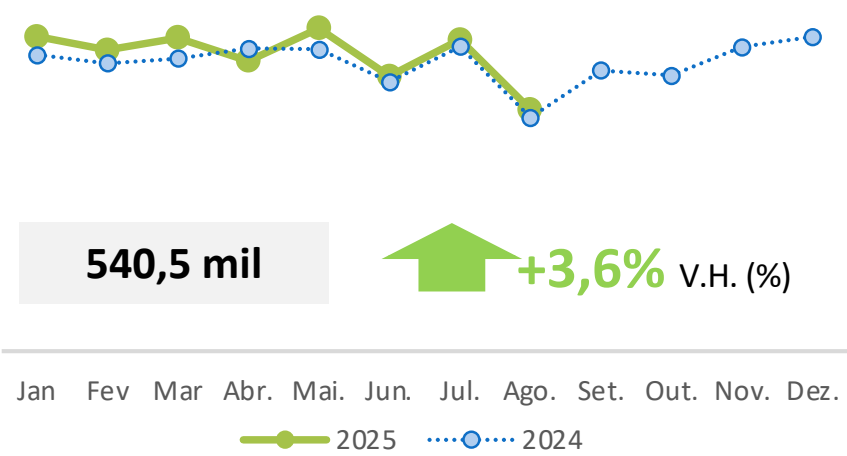
ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º de Consultas nos Hospitais



| Portal da Transparência da ACSS

Nº de Intervenções Cirurgicas programadas



| Portal da Transparência da ACSS

Nº de Consultas Médicas presenciais nos CSP



13,8 milhões de Consultas **-3,5%** V.H. (%)

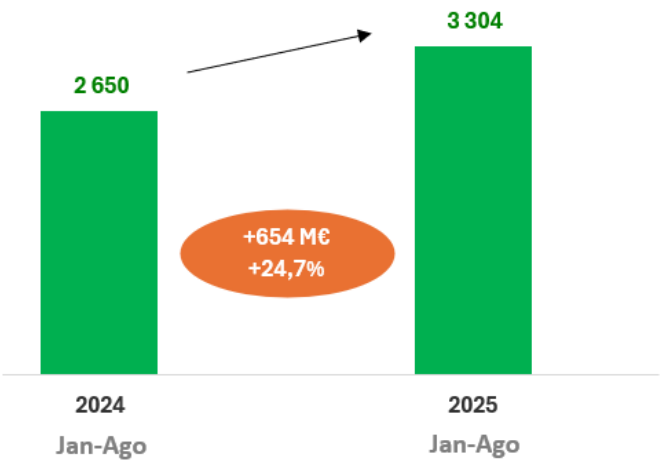
an Fev Mar Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.

—●— 2025 ...●... 2024

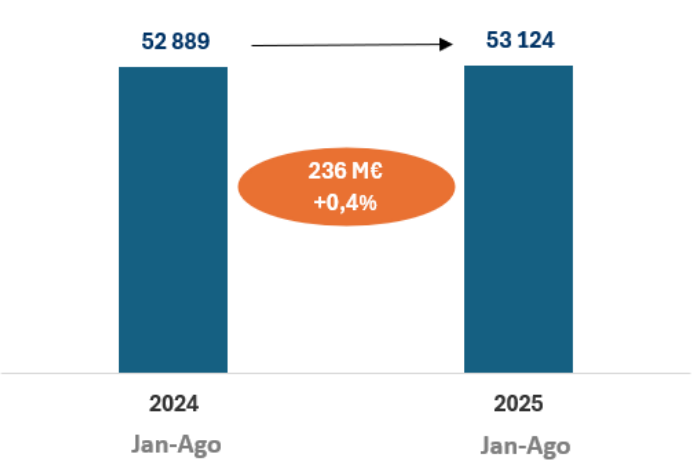
| Portal da Transparência da ACSS

EXPORTAÇÕES INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Exportações da Indústria Farmacêutica



Exportações Totais de Bens



Milhões Euros

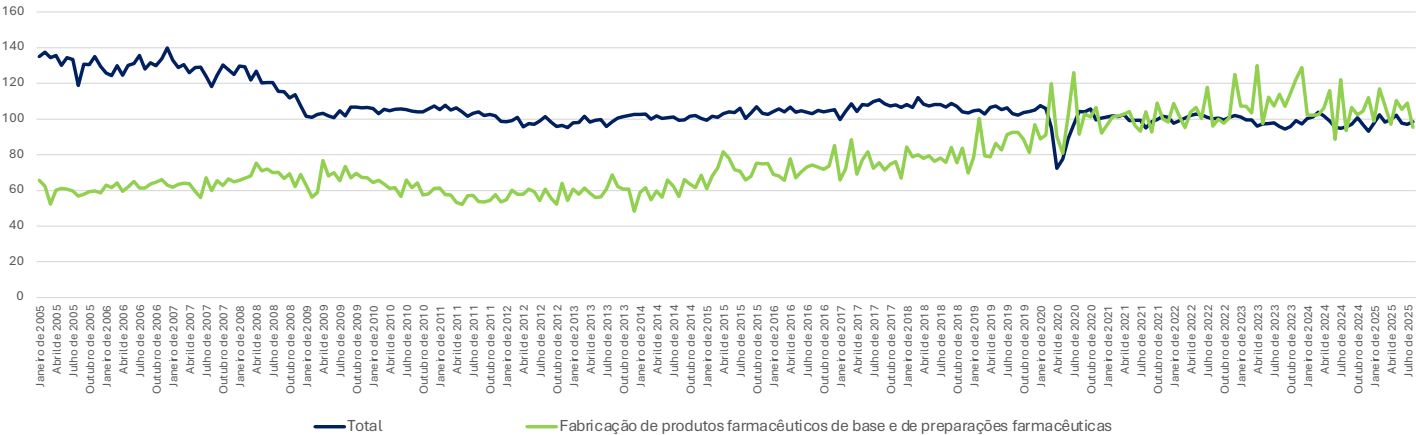
Fonte: INE - Comércio Internacional [Produtos Farmacêuticos (3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006) e Matérias Primas (2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2941)]

ÍNDICE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IPI)
da Indústria Farmacêutica acima do IPI Total

ÍNDICE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

IPI Total
99,1
Média Jan-Ago 2025

IPI IF
105,0
Média Jan-Ago 2025



Dashboard - <https://apifarma.pt/indicadores/industria-farmaceutica-em-portugal/#producao>

Fonte: INE - Índice de produção industrial - ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade (Base - 2021) por Atividade económica (CAE Rev. 3)

e.pharma
Newsletter Outubro 2025